

Um
mundo de
oportunidades

Volume 13
2026

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Marcel Moreira

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jennya Silva Brito

Equipe técnica:

Carlos Vitor Muller

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Adriano Perrelli Pestana de Castro

Luciana Pich Gomes

Andrea Claudia Parrilla

Daniela de Moraes Aviani

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Paulo Márcio Mendonça de Araújo

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Ricardo Zanatta Machado

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Ângelo de Queiroz Maurício

Bruno Cavalheiro Breitenbach

Marlos Schuck Vicenzi

Fernanda Vanessa Mascarenhas

Magalhães

Marco Aurélio Pavarino

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Adriane Reis Cruvinel

Frederique Rosa e Abreu

Warley Efreim Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Rafael D'Aquino Mafra

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Juliano Vieira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

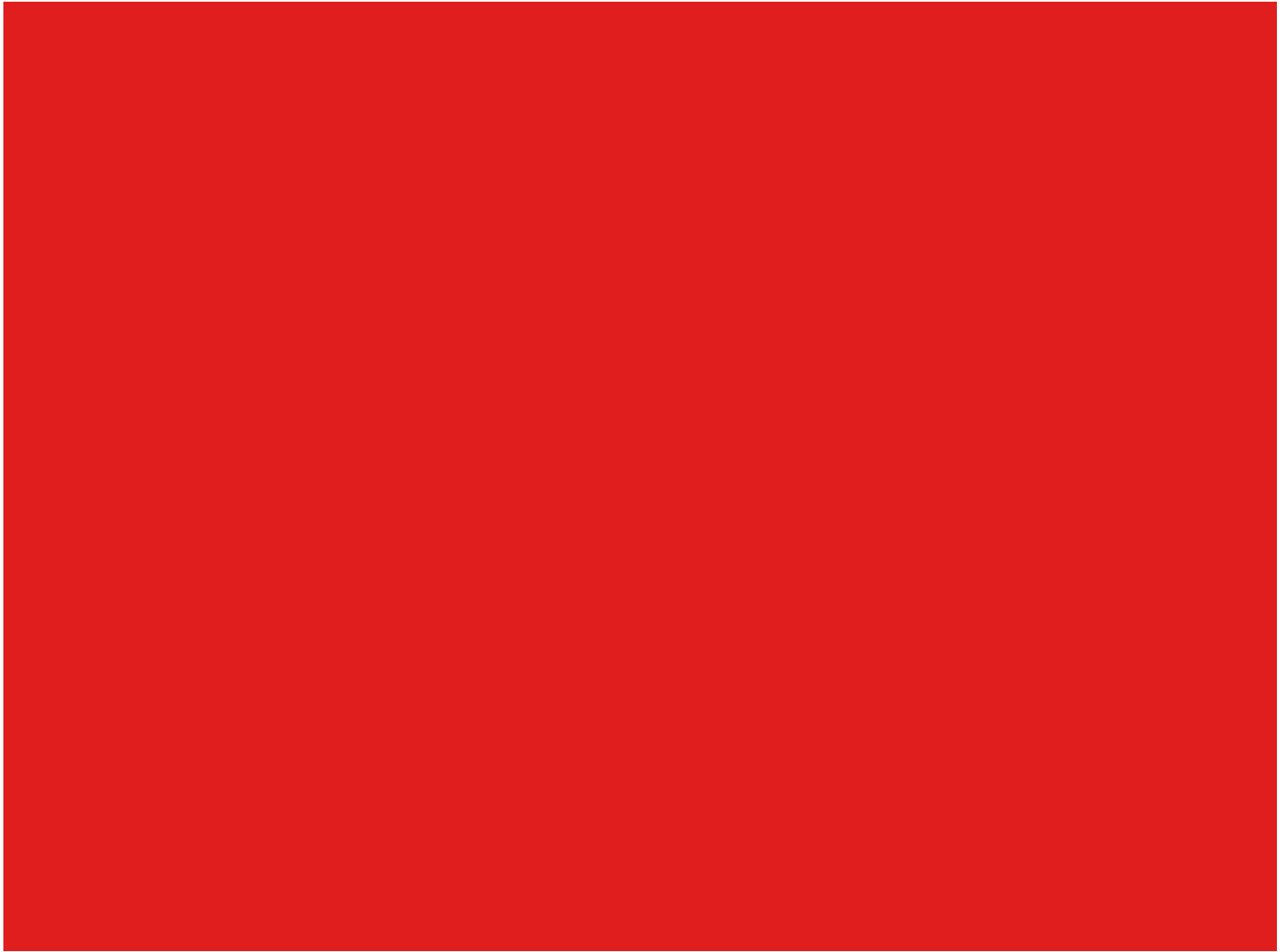
Resumo

O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.



INDONÉSIA - QUOTAS DE IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA PARA 2026

Data: 13/01/2026

Posto: Jakarta/Indonésia

Palavras-chave: Indonésia; Carne bovina

Responsável: Bruno Breitenbach, Christian Silwanus

SUMÁRIO:

O Governo da Indonésia fixou em 297 mil toneladas a cota de importação de carne bovina para 2026, concentrando a maior parte dos volumes em estatais e reduzindo drasticamente a participação do setor privado.

O Governo da Indonésia definiu a cota de importação de carne bovina para 2026 como parte de sua estratégia mais ampla para assegurar a segurança alimentar nacional e estabilizar os preços internos da carne. Em linha com a prática estabelecida, os volumes de importação são regulados anualmente por meio de um sistema de cotas, dividido entre empresas estatais (SOEs) e importadores do setor privado. Para 2026, a cota total de importação de carne bovina foi fixada em aproximadamente 297.000 toneladas, com uma parcela relativamente pequena reservada aos operadores privados e a maior parte dos volumes concentrada em empresas controladas pelo Estado.

Do total da cota, 30.000 toneladas – cerca de 16 por cento do total – foram destinadas a importadores privados. Esse volume está distribuído entre 108 empresas, compreendendo 78 importadores já atuantes e 34 empresas recentemente registradas. Paralelamente, uma alocação específica de 17.000 toneladas foi reservada para uso industrial de carne, com o objetivo de abastecer indústrias de processamento que dependem de matéria-prima importada. O restante da cota é direcionado principalmente às empresas estatais, notadamente a PT Berdikari e a PT Perusahaan Perdagangan Indonesia (PPI), designadas como executoras centrais do programa de importação de carne bovina para 2026.

No conjunto de volumes sob responsabilidade das estatais, o governo programou importações de 100.000 toneladas de carne de búfalo da Índia, 75.000 toneladas de carne bovina do Brasil e outras 75.000 toneladas provenientes de demais países exportadores habilitados, muito provavelmente incluindo a Austrália. Essa configuração reforça o papel central das SOEs no regime de importação de carne e reflete a intenção das autoridades de utilizar as empresas estatais como instrumentos principais para a implementação de políticas de segurança alimentar, medidas de estabilização de preços e gestão de estoques estratégicos.

A alocação de 2026 para o setor privado representa uma redução significativa em comparação com o ano anterior. Em 2025, as empresas privadas teriam recebido até 180.000 toneladas em cotas de importação de carne bovina, o que lhes conferia uma participação muito maior na estrutura de abastecimento. O corte acentuado de volumes, combinado com a concentração das importações nas estatais, sinaliza uma reconfiguração substancial do sistema e uma mudança clara no peso relativo de atores públicos e privados. Além da redução quantitativa, representantes do setor privado relatam que, de oito códigos HS propostos para as importações privadas, apenas dois foram aprovados pelo governo indonésio para 2026, restringindo ainda mais o escopo de produtos que podem ser internalizados por empresas privadas.

Essa mudança de orientação política provocou fortes reações por parte dos atores da indústria. Diversas associações empresariais que representam importadores e processadores de carne – entre elas a Asosiasi Pengusaha dan Pengolahan Daging Indonesia (APPDI), a Asosiasi Pengusaha Protein Hewani Indonesia (APPHI), a Asosiasi Distributor Daging Indonesia (ADDI) e a Asosiasi Industri Pengolahan Daging Indonesia (NAMPA) – manifestaram formalmente preocupação com a nova configuração de cotas. As principais questões levantadas dizem respeito ao risco de interrupções na continuidade do abastecimento, às restrições ao planejamento e às operações empresariais, bem como a possíveis impactos negativos sobre o emprego nos segmentos de distribuição e processamento de carne.

Em 12 de janeiro de 2026, um dia após a publicação de notícias correlatas em diversos veículos nacionais, não havia ainda resposta pública oficial do Governo da Indonésia, em particular do Ministério da Agricultura, às objeções e demandas apresentadas pelos representantes do setor privado. Do ponto de vista institucional, a cota anual de importação de carne bovina é definida por meio de reuniões de coordenação limitadas (Rakortas) que envolvem órgãos-chave do governo, notadamente o Ministério Coordenador de Assuntos Alimentares, o Ministério Coordenador de Assuntos Econômicos, o Ministério do Comércio, o Ministério da Agricultura, a Agência Nacional de Alimentos e empresas estatais atuantes no setor de alimentos. Esse mecanismo interministerial constitui a base formal para a definição de cotas e a coordenação de políticas a cada ano e enquadra as decisões atuais que deslocaram o equilíbrio do regime de importação de carne bovina em direção a um papel mais forte das empresas estatais.